



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 18/2006

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA, REALIZADA
NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2006: -----**

----- Aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano de dois mil e seis, nesta Vila de Mira e sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniu esta, sob a presidência do Ex.mo. sr. Presidente da Câmara, Dr. João Maria Ribeiro Reigota, estando presentes os Vereadores senhores, Dr. Manuel de Jesus Martins, Dr. Luis Manuel Neves Rocha, Profª. Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Dr. Luis Miguel dos Santos Grego e Dr. João Carlos da Silva Rua e ainda a Chefe de Secção, Olívia da Conceição Calisto Petronilho Azenha Eulálio. Presentes, também, os Chefes da Divisão Administrativa e Financeira, Dr. João Adelino Faustino de Oliveira, da Divisão de Obras Municipais, Engº. Rui Manuel Reixa da Cruz Silva e da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, Engª. Paula Cristina de Oliveira Lourenço. Seguidamente, foi posta à aprovação a acta da reunião ordinária anterior realizada no dia 12 de Setembro de 2006 a qual foi aprovada por unanimidade e assinada, tendo sido feitas as seguintes correcções: o sr. Vereador Dr. Luis Rocha, a propósito da deliberação referente à edição do livro “*Em busca de identidades: Aspectos Etnográficos-Históricos*”, da autoria de Dr. Mário Cupido, sugeriu que a mesma fosse corrigida, porquanto tinha questionado quais seriam as mais-valias decorrentes da edição ser da responsabilidade do CEMAR – Centro de Estudos do Mar, da Figueira da Foz, uma vez que o mesmo era pago na íntegra pela Câmara Municipal, tendo o sr. Presidente da Câmara dado as explicações julgadas convenientes, não constando essas intervenções na acta. Assim, o conteúdo da referida deliberação passa a ser o seguinte: -----

----- “APOIO À EDIÇÃO DO LIVRO “EM BUSCA DE IDENTIDADES: ASPECTOS ETNOGRÁFICOS – HISTÓRICOS DE MIRA”, DE MÁRIO CUPIDO: -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 225/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 08 de Setembro de 2006, no sentido de ser disponibilizado apoio à edição do livro “*Em busca de identidades: Aspectos*



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Etnográfico-Históricos de Mira”, da autoria de Mário Cupido, mediante atribuição de um subsídio no montante de 5.512,50 € (cinco mil, quinhentos e doze euros e cinquenta cêntimos) ao Centro de Estudos do Mar (CEMAR), da Figueira da Foz, o qual será responsável pela respectiva publicação.-----

----- O sr. Vereador Dr. Luis Rocha questionou qual a mais-valia que adviria para a Câmara Municipal do facto da edição ser da responsabilidade do “CEMAR”, tendo o sr. Presidente da Câmara explicado que assim tem sido, o “CEMAR” tem colaborado com o Município de Mira em várias publicações de livros e era nesse âmbito de cooperação que as coisas se processavam, o próprio livro do sr. João Maria Nogueira tinha tido o mesmo procedimento.-----

----- A sr^a. Vereadora Dr^a. Sandra Pereira disse ainda que, sendo a publicação em parceria com o “CEMAR”, os custos seriam reduzidos a metade, o que não aconteceria de outra forma.”-----

----- A sr^a. Vereadora Prof^a. Maria de Lurdes Mesquita fez uma correcção ao contido na última linha do terceiro parágrafo, porquanto estava referido “Expressão Plástica e Gramática” e deveria constar “Expressão Plástica e Dramática” e ainda ao mencionado na parte final do segundo parágrafo, porquanto o sr. Vereador Dr. Miguel Grego tinha referido como data limite para entrega dos subsídios às associações concelhias o final de Setembro e constava em acta final de Dezembro. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----

----- Nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara deliberou justificar a falta da sr^a. Vereadora Dr^a. Sandra Margarida dos Santos Pereira.-----

----- FINANÇAS MUNICIPAIS: -----

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria n.º 183 de 25 de Setembro de 2006, o qual acusa um saldo orçamental de 1.145.502,78 € (um milhão, cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e dois euros e setenta e oito cêntimos). -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

-----Ao dar início a este período da reunião, o sr. Presidente da Câmara solicitou autorização para serem introduzidos assuntos não incluídos na ordem de trabalhos da reunião, ao abrigo da parte final do artº. 83º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o disposto no artº. 19º. do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----O sr. Presidente da Câmara perguntou qual a razão de ser de inclusão de tantos assuntos fora de agenda, tendo o sr. Vereador Dr. Miguel respondido que, no tocante aos assuntos inerentes ao seu pelouro, tinha havido alguma dificuldade em os preparar atempadamente porquanto tinha ocorrido a morte de um familiar que o tinha impedido de estar presente na reunião preparatória. -----

-----O sr. Vereador Dr. Luís Rocha interveio e disse que os assuntos a introduzir não eram, como habitualmente, um ou outro assunto, mas sim um rol extenso de assuntos, quando a agenda só continha cinco propostas; que, alguns deles mereciam melhor análise e reflexão a qual não podia ali ser feita; que, certamente, todos os assuntos eram sérios e mereciam algum tempo de preparação e os que não estavam a exercer funções em permanência ficavam impossibilitados de fazer essa preparação; que, solicitava que não continuasse a verificar-se tal situação, sob pena de, um dia, não concordarem com a introdução de assuntos fora de agenda e que solicitava que fosse dado algum tempo, na altura devida, para poderem fazer análise do que era proposto.-----

-----O sr. Presidente da Câmara disse que concordava plenamente com o que o sr. Vereador tinha dito e alertou os senhores vereadores e os serviços para que, dentro do possível, tais situações não se voltassem a repetir, a não ser por questões urgentes e inadiáveis, muito embora também se pudesse ver a questão noutra perspectiva, no sentido de que, por vezes, surgiam assuntos de última hora, no seguimento da dinâmica que era seguida e que, não sendo colocados à aprovação do executivo, poderiam reflectir-se num grande atraso para o concelho. -----

-----O sr. Vereador Dr. Miguel complementou a explicação dada pelo sr. Presidente dizendo que, concordava que deveria haver mais empenhamento, quer da parte dos serviços, quer também da vereação, para que as propostas fossem atempadamente



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

elaboradas, mas, por outro lado, fez também questão de dizer que louvava o esforço feito pelos serviços, uma vez que, para que as propostas ali estivessem elaboradas, muito esforço tinha sido dispendido, por vezes sacrificando mesmo a própria hora de almoço para poderem dar resposta ao trabalho.-----

-----A sr^a. Vereadora Prof^a. Maria de Lurdes Mesquita sugeriu que fosse feito um pequeno intervalo, de cerca de meia hora, para poderem fazer a análise dos assuntos em questão e posteriormente votar com conhecimento.-----

-----O sr. Presidente da Câmara disse que se iria realizar, daí a pouco, uma hasta pública, encontrando-se já na sala algumas pessoas e que era difícil para ele gerir a situação exposta. No entanto, disse, poder-se-ia conceder algum tempo para análise na altura da discussão e votação de cada proposta.-----

-----O sr. Vereador Dr. Luis Rocha interveio novamente para dizer que havia ali um conjunto de propostas para as quais não estavam preparados para discutir e votar, embora houvesse outras que eram pacíficas e até já tinham ali sido discutidas anteriormente.-----

-----O sr. Presidente sugeriu que no momento da apresentação das propostas mais dúbias ou mais complexas se fizesse uma pausa para serem analisadas e só depois votadas.-----

-----O sr. Vereador Dr. Luis insistiu, solicitando um intervalo de, pelo menos 10 minutos, para analisarem as propostas, tendo o sr. Presidente respondido que, como já tinha dito anteriormente, essa pausa seria dada no decorrer da reunião, imediatamente antes da votação das propostas. O sr. Vereador perguntou ainda quais eram os assuntos prioritários e quais é que poderiam aguardar.-----

-----Seguidamente, pelo sr. Presidente foi declarada aberta a hasta pública e, finda esta, sugeriu um intervalo para análise das citadas propostas.-----

-----O sr. Vereador Dr. Luis Rocha questionou quais dos assuntos eram prioritários, do ponto de vista do interesse do município para serem tratados naquela reunião e quais poderiam aguardar pela próxima.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O sr. Presidente usou da palavra e disse que a posição do sr. Vereador tinha sido modificada, mas de qualquer modo, partia do princípio que todas as propostas que ali estavam tinham alguma brevidade para serem tratadas e a sugestão tinha sido feita pelos senhores vereadores da oposição, ou seja, fazer-se um intervalo para analisar as propostas.-----

----- O sr. Vereador Dr. Luis Rocha disse que não tinha mudado a sua posição, antes se tinha limitado a repetir uma questão que tinha colocado antes da realização da hasta pública; que, por respeito para com o público ali presente, tinham acedido a que se fizesse a hasta, mas a questão tinha sido colocada antes da hasta pública, pelo que não tinha mudado de opinião.-----

----- O sr. Presidente retorquiu que a primeira intervenção do sr. Vereador Dr. Luis o tinha levado a supor que seria aceite a inclusão das propostas, tanto mais que tinha recomendado aos serviços e também aos membros do executivo em permanência, maior atenção no sentido de que tal situação, no futuro, não se repetisse. -----

----- A propósito dos assuntos que seriam mais importantes, o sr. Vereador Dr. Miguel disse que era muito subjectivo, mas que, por exemplo, era importante o pedido de alargamento do período de discussão pública do Plano, assim como também a celebração do protocolo com a CCDR-C e a Docapesca, porquanto tinha inerente a respectiva candidatura, assim como as restantes propostas, todas elas eram muito importantes. -----

----- O sr. Presidente perguntou se era aceite ou não a introdução dos assuntos, após o que se seguiria um pequeno intervalo para análise, tendo o sr. Vereador Dr. Luis respondido que não aceitavam, por entenderem que não se encontravam devidamente preparados para discutirem os assuntos em causa, por não terem tido conhecimento dos mesmos com a necessária antecedência e, como tal, disse que iriam abandonar a reunião. O sr. Presidente perguntou ainda se, depois de ser feita uma triagem dos assuntos, haveria abertura por parte dos senhores vereadores da oposição para que tais propostas fossem introduzidas. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O sr. Vereador Dr. Miguel disse que não percebia a atitude de abandonar a reunião, uma vez que, caso não fosse dada autorização, os assuntos, pura e simplesmente, não seriam introduzidos, para além de que se sentia um pouco defraudado por ter estado ali a dar explicações quando já havia uma decisão tomada.-----

----- O sr. Vereador Dr. Luis clarificou que iriam abandonar a reunião se fosse imposta a introdução daqueles assuntos, mas estavam disponíveis para continuar a reunião com os assuntos agendados.-----

----- O sr. Vereador Dr. Miguel Grego repetiu a questão posta pelo sr. Presidente, no sentido de saber quais seriam os assuntos que, no entendimento dos senhores Vereadores do PSD, seriam julgados mais importantes para serem introduzidos.-----

----- O sr. Vereador Dr. Luis Rocha disse que se tratava de uma questão de princípio, que havia o pedido de introdução de oito novos assuntos, numa agenda que previamente apenas continha cinco, sendo uma situação difícil de justificar, ainda por cima quando existiam assuntos com datas anteriores ao dia 22, dia em que tinham recebido a agenda da reunião, como era o caso da rectificação do aditamento do alvará de loteamento. Sobre este assunto, a justificação foi dada pela Chefe da DPGU que disse que apenas na sexta-feira, depois do almoço, tinha conseguido obter os elementos da sr^a. Conservadora.-----

----- A final, o sr. Presidente da Câmara voltou a perguntar se concordavam com a retirada de algumas propostas e a introdução das restantes consideradas mais importantes, ao que o sr. Vereador Dr. Luis Rocha respondeu que, por uma questão de seriedade, ele e os seus pares, se reuniam antes da realização da reunião de câmara para melhor analisarem as propostas e prepararem a posição que iriam tomar e, não tendo aquelas propostas sido remetidas atempadamente, não se sentiam preparados para as poderem votar.-----

----- O sr. Presidente disse que a seriedade era problema que não se colocava a ninguém do executivo nem dos serviços e que apenas era uma questão de entendimento entre todos, embora com opiniões divergentes; que, ou se concordava com o princípio da



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

introdução dos documentos ou não, mas o que pretendia saber era como deveria avançar com os trabalhos. -----

----- O sr. Vereador Dr. Luis Rocha disse que não tinha colocado em causa a seriedade de ninguém, nem do executivo, nem dos serviços e não era assunto para ser posto em cima da mesa e naquela reunião; que, por uma questão de princípio, não concordavam e não votavam a aceitação de nenhum dos assuntos propostos.-----

----- O sr. Presidente da Câmara disse que o termo “seriedade” tinha sido utilizado pelo sr. Vereador e ficava registado que nenhum dos assuntos iria ser incluído na ordem de trabalhos daquela reunião, pelas razões ali verificadas.-----

----- O sr. Vereador Dr. Miguel reiterou que também não concordava com o princípio de inclusão de tantos assuntos fora de agenda, que agradecia o esforço que, apesar de tudo tinha sido feito pelas pessoas que tinham estado, de forma incansável, na sexta-feira, naquele mesmo dia e no dia anterior, a elaborar as propostas, procurando ultrapassar alguns erros de forma e dando maior ênfase ao conteúdo. Por fim, manifestou o seu desagrado, porquanto, sendo uma questão de princípio, poderia ter-se perdido menos tempo e já se estaria certamente a tratar dos assuntos agendados.-----

----- Seguidamente, a sr^a. Vereadora Prof^a. Maria de Lurdes Mesquita interveio para lamentar que o convite para estar presente na cerimónia de celebração de protocolo com o sr. Secretário de Estado Adjunto da Administração Local lhe tivesse chegado às mãos um dia após o evento, o que já começava a ser um hábito, porquanto ultimamente recebia os convites já depois da realização dos eventos, situação esta que deveria ser revista. Referiu, depois, o facto das actas das reuniões do executivo não estarem actualizadas no site da Câmara e, seguidamente, alertou para o facto da existência de um cheiro nauseabundo proveniente das caixas de saneamento na Rua Central Sul, na Lagoa, provocado, provavelmente, pelo facto das respectivas tampas não estarem devidamente vedadas, problema esse que já se tinha verificado no passado e que tinha sido remediado e que agora persistia, devendo a Câmara Municipal alertar a SIMRIA para a resolução do problema que se estava a tornar insuportável. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O sr. Vereador Dr. João Rua interveio para referir que, quando na última reunião tinha questionado se era intenção da Câmara Municipal dar resposta a um conjunto de questões que tinha colocado, longe estava de pensar que a resposta seria de “não-resposta”, no sentido de que não tinha direito à informação sobre todas as questões que tinha colocado, quer sobre o Centro Cultural de Mira, quer sobre o Polo II, de acordo com a resposta que lhe tinha sido enviada, pretensamente por se tratar de documentos classificados ou sob reserva de segredo comercial ou industrial e por envolverem dados pessoais; que, não tinha solicitado nenhum dado pessoal nem isso lhe interessava, única e exclusivamente queria receber um conjunto de respostas às questões por si colocadas para formular uma opinião mais fundamentada de forma a poder ajudar, naquilo que lhe for possível, no processo de tomada de posição; que, mais lamentava que sobre um dos assuntos que tinha questionado, designadamente, o Centro Cultural, em jornais locais, nomeadamente, no “Jornal da Gândara”, a Comissão Política do Partido Socialista tivesse levantado um conjunto de questões que, para as formular, só o podia fazer mediante acesso ao projecto, o que o entristecia, pelo facto de ser Vereador, embora sem pelouro, não ter acesso a essa informação quando a mesma era disponibilizada noutros meios, provavelmente sem o mesmo contexto e sem a mesma profundidade de discussão que poderia ter tido e julgava que não era assim que se dignificavam os órgãos muito menos um órgão como aquele; que, poderia ser questionado se as questões tinham sido mal colocadas, mas pensava que eram perfeitamente entendíveis à luz daquilo que já tinha questionado anteriormente e dispensava perfeitamente um esforço titânico que alguém teria feito, do ponto de vista jurídico-administrativo, para lhe ser transmitida uma resposta, sendo preferível, sob o seu ponto de vista, que tal esforço fosse canalizado para respostas mais concretas do que para apenas lhe ser comunicado que não tinha direito à informação. A terminar, disse que era lamentável o que se tinha passado e formulou um desejo no sentido de que tal não voltasse a acontecer e, da sua parte, como anteriormente e no futuro, continuaria a dar sugestões e propostas. Mais disse que sempre que possível e sempre que tiver capacidade será o primeiro a trazer as propostas à Câmara Municipal, no sentido de procurar ajudar a que o processo de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tomada de decisão seja cada vez melhor ou que vá de encontro a um determinado processo de desenvolvimento que era desejável para os Mirenses, do mesmo passo que não iria haver nenhuma mudança de postura da sua parte por um incidente daquele tipo, que era perfeitamente evitável. -----

----- O sr. Vereador Dr. Luis Rocha solicitou a intervenção da Câmara Municipal para resolução de um problema existente no Seixo, designadamente maus cheiros bastante acentuados na Rua Padre S. Miguel, nas Cabeças-Verdes e na Rua dos Libórios e Largo da Igreja Velha, no Seixo. Em segundo lugar, reportou-se a um texto publicado recentemente na comunicação social relativo ao problema da Cooperativa e eventuais intromissões com a Incubadora. Disse que já no início do ano, em reunião de câmara e na sequência de notícia vinda a público, tinha questionado o que se passava, uma vez que se comentava uma eventual renegociação do contrato de compra e venda feito entre a Câmara e a Cooperativa e agora voltava a falar-se do assunto, fazendo-se até alguns comentários no sentido de que a Câmara estava a colaborar com a Lacticoop para destruir a Cooperativa e, como tal, gostaria de ser informado sobre o ponto da situação. -

----- O sr. Presidente começou por dar resposta a esta última intervenção, dizendo que também tinha sido surpreendido pela notícia e, visto que a Câmara Municipal não se tinha pronunciado sobre essas questões, elas deveriam ser dirigidas ao autor ou autores de tal notícia; que, o que poderia dizer relativamente ao assunto, era que tinha sido celebrado um contrato-promessa de compra e venda entre as partes e aguardava-se que a nova direcção da Cooperativa acesse no sentido de se poder avançar com as escrituras, até por causa do licenciamento da Incubadora; que, esta era a sua reserva quanto a esta infra-estrutura, sempre o tinha assumido, quer no executivo, quer em público e nada poderia adiantar em relação à notícia, apenas dizia que a Câmara Municipal tem pressionado e tentado sensibilizar a Cooperativa no sentido de ser feita a escritura, mas havia uma intenção de renegociação, o que era mais complicado, uma vez que havia uma série de compromissos assumidos anteriormente e havia uma posição irreversível da parte da direcção da Cooperativa que esperava que se modificasse e se chegasse a acordo para resolução dos problemas. Relativamente às declarações da



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Comissão Política do PS, disse que não iria responder, apenas poderia dizer que os pedidos de documentação seriam sempre analisados juridicamente e respondidos, podendo sempre ser feita uma reanálise da situação e se chegasse à conclusão que não tinha sido correcto na análise e até demasiado radical ou se chegasse à conclusão que em nome da transparência e da legalidade o assunto poderia ser informado de outra forma, não tinha qualquer problema em rever a questão, desde que houvesse informação nesse sentido da parte administrativa e jurídica. Quanto ao atraso na entrega dos convites, disse que era verdade que, por vezes, acontecia, fruto também de, em muitos casos, as confirmações dos eventos serem feitas muito em cima da hora, tendo havido mais pessoas a queixarem-se de receberem os convites com atraso. -----

-----No tocante às actas se encontrarem atrasadas no site da Câmara Municipal, o sr. Vereador Dr. Miguel justificou que o site estava a ser alterado, tratava-se de um site com o qual o executivo não concordava mas que respeitava e iria perder-se o site existente para se passar a ter um site igual a outros cinco, mas era o acordo que estava assinado no âmbito do “Aveiro Digital” e tinha que ser respeitado e quanto à inserção das actas explicou que havia um procedimento em falta, designadamente formação ministrada pela AIRC, para além de que a aplicação estava em constante revisão, dados os erros que iam sendo verificados e tudo isso motivava o atraso referido. -----

----- Quanto à queixa dos maus cheiros na Lagoa, o Chefe da DOM, Engº. Rui Silva, informou que já tinha sido comunicado à SIMRIA por mais que uma vez e por diversos meios e, daquilo que lhe parecia, tratava-se de um problema de concepção do próprio sistema e teria que ser a empresa a resolver o problema. Sobre os maus cheiros no Seixo, disse que os mesmos, muito provavelmente, se ficariam a dever a ligação ilegal de fossas a valas pluviais, o que requeria que fosse desencadeada alguma fiscalização. --

----- A srª. Vereadora Profª. Lurdes Mesquita usou da palavra para dizer que era agradável entrar no edifício dos Paços do Concelho e deparar-se com os painéis que estava ali colocados, os quais faziam pensar que se tratava de uma câmara da nova geração, do Sec. XXI, aliada às novas tecnologias, sendo com satisfação que fazia tal registo. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Seguiu-se a intervenção do sr. Vereador Dr. Miguel Grego para expressar um lamento pela fraca participação na discussão pública da carta educativa, tendo sido um mau exemplo de cidadania, quando tanto se tinha protestado em momentos inoportunos e quando tinha sido dada essa oportunidade as pessoas não se tinham manifestado, esperando que o mesmo não se viesse a verificar no período de discussão pública dos regulamentos, designadamente, de estacionamento e trânsito. Quis, também, expressar um voto de agrado pelo trabalho desenvolvido pelos serviços que motivaram a atribuição da bandeira verde a cinco escolas do concelho e deu conhecimento de que as Actividades de Enriquecimento Curricular já tinham sido iniciadas no concelho de Mira, mais de uma semana antes da data prevista na Lei, estando a decorrer dentro da normalidade possível, numa situação inédita como era aquela. Por fim, relativamente aos painéis alusivos ao “Dia Digital” que tinham motivado opiniões diversas, disse que, apesar dos convites feitos à população, não tinha havido grande participação e também não estava a haver grande abertura das pessoas às mudanças propostas, no âmbito dos projectos da Modernização Administrativa, mas as coisas acabariam por se impor por si próprias, pois estava-se já em pleno século XXI e, por vezes, sem grande alarido, acabava por se conseguir modificar as coisas. ----- ~

----- O sr. Vereador Dr. Luis deixou também um registo de agrado pela vinda à Câmara de Mira de um membro do Governo, acima de tudo pela assinatura de um protocolo importante, apesar da verba ser de apenas 25%, era significativo para apoio a um investimento tão importante como o Parque de Campismo. Referiu, também, que o convite lhe tinha chegado já fora de tempo e se o motivo tinha sido por terem sido expedidos muito em cima da hora, nada teria custado um simples telefonema a cada um dos Vereadores, que teriam tido muito gosto em estar presentes. Neste seguimento, a sr^a. Vereadora Prof^a. Maria de Lurdes Mesquita sugeriu que os convites fossem remetidos por email e, assim, ficaria resolvido o problema dos atrasos. -----

----- O sr. Vereador Dr. João Rua felicitou o executivo pela celebração do protocolo de apoio financeiro com o Estado, o qual lhe parecia que poderia ajudar a concretizar um projecto bastante interessante como era o Parque de Campismo, mas fez também um



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

alerta no sentido de que o problema do turismo na Praia de Mira não se resolvia apenas com projectos daquele tipo; que, se deveria aproveitar o balanço, aproveitar o método e a metodologia e definir ideias concretas, sistematizar programas e tentar alargar a projectos mais extensos, até porque o turismo era uma das apostas fortes para o concelho, o próprio executivo sempre o tinha referenciado e sempre o tinha definido como um vector estratégico e era necessário alargar este exemplo positivo e fazer algumas *démarches* no sentido de serem conseguidos outros tipos de apoio na implementação de estratégias coerentes para o desenvolvimento do sector. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA: (Artº. 87º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro):** -----

----- Foram tomadas as seguintes deliberações: -----

----- **A) DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:**-----

----- **DEVOLUÇÃO DAS CAUÇÕES PRESTADAS PELA FIRMA “MULTIAVEIRO”, NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS PRESTADOS NO CURSO DE FORMAÇÃO “REABILITAÇÃO URBANA DE ESPAÇOS VERDES”:**-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta nº. 226/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 20 de Setembro de 2006, no sentido de ser autorizada a libertação das cauções prestadas pela firma “MultiAveiro –Projectos de Formação e Investimentos, Ldª.”, no âmbito dos serviços prestados no curso de formação “Reabilitação Urbana e Espaços Verdes”, referentes aos contratos nºs. 31/2004 e 9/2005, no valor de 2.430,12 € e 360,00 €, nos termos do nº. 1, do artº. 71º. do D.L. nº. 197/99, de 08 de Junho.-----

----- **HASTA PÚBLICA PARA VENDA DO LOTE DE TERRENO Nº. 5, DO NÚCLEO B, DA UNIDADE X, DA ZONA A, DO P.G.U. DA PRAIA E LAGOA DE MIRA :** -----

----- Na sequência da deliberação camarária de 13 de Junho de 2006 e nos termos do edital camarário nº. 74/06, de 04 de Setembro de 2006, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a venda do lote de terreno nº. 5, do Núcleo B, da Unidade X, da Zona A, do P.G.U., da Praia e Lagoa de Mira, com a área de 900 m2, a confrontar do norte com terreno municipal, do sul com rua Pública, do nascente com lote nº. 6 e do



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

poente com lote n.º 4, omissa na Conservatória do Registo Predial e com artigo matricial n.º 1859, da freguesia da Praia de Mira, a **Mário Jorge Marques Borges**, residente em Miravillas – Praia de Mira, pelo preço de 55.837,25 € (cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e sete euros e vinte e cinco cêntimos). -----

B) DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:-----

----- LISTAGEM DE PROCESSOS DE OBRAS AUTORIZADOS PELO SR. VICE - PRESIDENTE, NO CONTEXTO DA DELEGAÇÃO E SUB-DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

----- Foi tomado conhecimento, para cumprimento do disposto no n.º 3, do art.º 65º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, da listagem de processos de obras despachados pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, no contexto da delegação e sub-delegação de competências, no período que medeia entre a reunião de 12 de Setembro corrente e o dia 22 do mesmo mês, bem como, dos respectivos despachos que sobre os mesmos recaíram, conforme relação anexa à presente acta e que dela fica a fazer parte integrante.-----

-----C) DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:-----

-----SANEAMENTO DA PRESA – 1ª. FASE – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO:-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 228/06**, de 21 de Setembro corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser autorizada a prorrogação do prazo de execução da empreitada mencionada em epígrafe, até 29 de Dezembro de 2006, face ao solicitado pela adjudicatária da obra, “Pedra & Maia, Lda.”, em virtude da falta de pagamento das facturas n.ºs. 766 e 784, no montante, respectivamente, de 30.544,62 € e 15.457,58 €, nos termos previstos no n.º 2, alínea c) do art.º 185º. do D.L. n.º 59/99, de 02 de Março.-----

----- D) DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL, CULTURA E DESPORTO:-----

----- Neste espaço da reunião, não estava presente o sr. Presidente da Câmara, sendo a presidência da reunião sido assumida pelo sr. Vice-Presidente, Dr. Manuel Martins.-----

----- RATIFICAÇÃO DE DESPACHO – 1ª. FEIRA DE ARTIGOS COM DESCONTO:---



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 229/06**, do sr. Presidente da Câmara, de 21 de Setembro de 2006, no sentido de ser ratificado o acto por si praticado em 18 do mesmo mês, determinando a parceria com a Associação Empresarial de Mira, com vista à realização da 1ª. Feira de Artigos com Desconto, assumindo a Câmara Municipal as despesas com a divulgação do evento (cartazes e faixas), sonorização ambiente, vigilância nocturna e o aluguer de tenda e stand's interiores. -----

----- A srª. Vereadora enalteceu a iniciativa e apenas lamentou o facto de ter coincido com um fim-de-semana tão chuvoso que, certamente, teria evitado que se atingissem os objectivos propostos. -----

----- O sr. Vereador Dr. Miguel Grego disse que, de facto, não tinham sido atingidos os objectivos da iniciativa, em termos de objectivos pragmáticos, nem tampouco se tinham aproximado dos mínimos esperados. -----

----- **IV JORNADAS CULTURAIS DA GÂNDARA:** -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 230/06**, do sr. Presidente da Câmara, de 21 Culturais da Gândara, a levar a efeito nos dias 4,5 e 6 de Outubro próximo, assumindo a autarquia a divulgação do evento, sonorização, promoção de actividades de animação, de Setembro de 2006, no sentido de ser aprovada a realização das IV Jornadas despesas de alimentação, acolhimento dos oradores e outras. -----

----- A srª. Vereadora solicitou que lhe fosse informado qual era o programa desta actividade e os respectivos horários, uma vez que iria decorrer em locais diversos e se estava já muito próximo da sua realização. -----

----- O sr. Vice-Presidente respondeu que não poderia dar essa informação, uma vez que o assunto estava sob a alçada do gabinete do sr. Presidente e da srª. Vereadora da Cultura e como nenhum deles ali estava no momento, mais não podia informar. -----

----- O sr. Vereador Dr. João Rua disse que havia três questões importantes a referir que era o seguinte: quando se programavam estas actividades deveria ser definido o tema, sendo a sessão de câmara um sítio importante para trocar essas ideias, a questão do



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

programa e também quem serão os participantes convidados e também a previsão de custos, uma vez que todos os dias eram referenciados os constrangimentos financeiros da autarquia, por isso, disse, entendia que, no futuro, de devia começar por aqueles três pontos: o tema, programa e intervenientes e custos da realização do evento. -----

----- **ENCERRAMENTO:**-----

----- E, não havendo mais nada a tratar, pelo sr. Vice-Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, sendo 16:00 horas, tendo sido aprovada, por unanimidade, a minuta da respectiva acta, nos termos e para os efeitos do disposto no nº. 4 do artº. 92º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----E, para constar, se lavrou a presente acta, que eu, _____ na qualidade de secretário, redigi.-----

(*Presidente da Câmara: João Maria Ribeiro Reigota, Dr.)*)

(*Secretária: : Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio*)